

Perenização da aprendizagem: um estudo conceitual

Camila Lima dos Anjos¹

Helena Gemignani Peterossi²

Resumo: Os avanços científicos e tecnológicos, as reestruturações no capitalismo mundial e as mudanças no mundo dos conhecimentos atingem diretamente as organizações e, por conseguinte, o perfil dos trabalhadores pressionando o sistema de ensino a adaptar suas qualificações e seus processos. Neste contexto, a necessidade de perenização da educação, entendida como o tornar-se presente e valorizada em diferentes ambientes de aprendizagem, abarcando todos os aspectos da vida, se faz presente ao fornecer as ferramentas para o cidadão conduzir o seu próprio desenvolvimento, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento da sociedade. Usando as demandas do mercado como cenário, e uma abordagem qualitativa, documental e bibliográfica, o presente artigo apresenta um estudo conceitual, a partir dos Relatórios da Unesco de 1972 e 1996 sobre a educação e seu papel face as novas demandas da sociedade. Dessa forma, revisita os conceitos de educação permanente e aprendizagem ao longo da vida, consagrados nesses relatórios, buscando contextualizá-los em discussões sobre políticas públicas em nosso país, explicitando suas bases teóricas e alcance social e econômico.

Palavras-chave: Educação ao longo da vida, Aprendizagem ao longo da vida; Educação permanente.

Abstract: Scientific and technological advances, restructuring in world capitalism and changes in the world of knowledge directly affect organizations and, therefore, the profile of workers, pressing the education system to adapt its qualifications and processes. In this context, the need to perpetuate education, understood as becoming present and valued in different learning environments, covering all aspects of life, is present in providing the tools for citizens to lead their own development, at the same time that contributes to the development of society. Using market demands as a scenario, and a qualitative, documentary and bibliographic approach, this article presents a conceptual study, based on the UNESCO Reports of 1972 and 1996 on education and its role in the face of new demands from society. In this way, it revisits the concepts of permanent education and lifelong learning, enshrined in these reports, seeking to contextualize them in discussions on public policies in our country, explaining their theoretical bases and social and economic scope.

Keywords: Lifelong learning, Lifelong learning; continuing education.

¹ Mestranda, CEETEPS, camila.anjos@cpspos.sp.gov.br

² Professora doutora do Programa de Mestrado, CEETEPS, hgemig@terra.com.br

1. Introdução

Faure et al (1972) e Jacques Delors et al (1996) em seus Relatórios da Comissão Internacional sobre Educação para UNESCO, respectivamente “Aprender a ser” e “Um tesouro a descobrir”, apresentam os conceitos de educação permanente e de aprendizagem (educação) ao longo da vida destacando a importância da perenização da educação, entendida neste artigo como o tornar a educação presente e valorizada em diferentes ambientes de aprendizagem, abarcando todos os aspectos da vida para o desenvolvimento pessoal e social do ser humano. Se no contexto do Relatório Faure et al, de 1972, a educação permanente ainda pressupunha ambientes instituídos de formação e aprendizagem, a educação ao longo da vida contempla uma grande variedade de ambientes de aprendizagem e a sua valorização e reconhecimento social e econômico. Como complemento a esses estudos, autores como Field (2000), Alheit e Dausien (2006) visualizam nesses conceitos uma resposta ao atual contexto econômico e político, para explorar as oportunidades e demandas sociais e compensar as disfuncionalidades da educação formal frente às novas demandas do mercado de trabalho.

Esses conceitos permeiam, embora nem sempre de forma explícita, as discussões sobre as políticas públicas de educação, sobretudo nas últimas décadas, em nosso país. De fato, com os constantes avanços tecnológicos, interações entre países e a maior competitividade do Brasil nos mercados internacionais, a procura por profissionais qualificados que respondam a altura essas demandas aumenta e, conseqüentemente, a necessidade dos profissionais se manterem atualizados e empregáveis. A transformação da sociedade industrial para uma sociedade pautada no conhecimento refletiu na educação ao considerá-la como uma base para suprir toda a demanda que as organizações e a sociedade solicitam.

Dessa forma, para Dias Sobrinho (2005), conhecimento e informação são elementos necessários para o desenvolvimento econômico da humanidade tendo na instrução uma ferramenta crucial para a mobilidade social. O autor evidencia que no último quartel do século XX entramos na economia informacional, global e em rede, ou seja, economia essa que depende da geração, processamento e aplicação de informações baseadas em conhecimentos em um ambiente globalizado e em constante interação com redes empresariais. Essa conexão de informações/conhecimentos, a nível global e organizada em rede, obriga o cidadão economicamente ativo a se manter atualizado para permanecer atraente ao mercado. Por sua vez, Libâneo (2015, p. 43) destaca:

“algumas transformações sofridas no mundo que acabaram por afetar a educação: avanços tecnológicos; globalização da sociedade; internacionalização do capital e dos mercados; reestruturação do sistema de produção e do desenvolvimento econômico; difusão instantânea da informação em escala mundial; novos meios de consumo cultural; mudanças nas qualificações e formas de trabalhos; predomínio do neoliberalismo; aumento da exclusão social e econômica pelas novas forma de conhecimento”.

Subjacente às discussões sobre o papel estratégico da educação para o desenvolvimento social e econômico do Brasil, podemos encontrar os conceitos de

EDUCAÇÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

educação permanente e aprendizagem (educação) ao longo da vida, apropriados por autores diversos tanto ao abordarem as novas funcionalidades da educação num contexto de mudanças econômicas e sociais, quanto no contexto das trajetórias de aprendizagem dos indivíduos. Qual, no entanto, o contexto e o significado desses conceitos nos relatórios de 1972 e 1996.

2. Educação Permanente

A educação permanente não é uma concepção recente, nossa sociedade sempre teve na ideia de continuidade dos estudos o caminho para o sucesso, porém esse prosseguir da instrução mostrava-se de uma forma aleatória não se pautando em um projeto deliberado de evolução. Assim, mesmo com todo esse aprendizado, o indivíduo ainda não se apresenta preparado para responder às demandas que a sociedade solicita. Segundo Faure et al (1972) o aumento na velocidade das mudanças sociais, tecnológicas, políticas, culturais e econômicas que o mundo começava a enfrentar a partir da segunda metade do século XX, fez com que milhões de adultos necessitassem retornar aos estudos para poderem acompanhar essas mudanças e, sobretudo, suas implicações para o mercado de trabalho. Esse aprendizado teria como fundamento possíveis soluções aos problemas apresentados na atualidade, nos ambientes de trabalho e na sociedade preparando o indivíduo a cenários mais fidedignos com a realidade. Ressalta ainda o autor, a importância em estabelecer uma conformidade entre os objetivos da educação com os objetivos globais, respeitando os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, integrando educação e sociedade assim como a educação formal com a não formal, retirando a ideia limitante de que a educação deve ser aplicada durante os primeiros anos de vida, e reconhecendo a possibilidade de o trabalhador adulto permanecer estudando e se atualizando.

Dessa forma, a educação é tida como um divisor do acesso ou não às oportunidades de emprego sendo submetida às mudanças que a sociedade vivencia, objetivando desenvolver as forças produtivas. A ela será atribuído o maior peso em preparar para as mudanças do mundo, assim como em ser um antídoto para tirar a pessoa do anonimato e do insucesso. As constantes mudanças políticas, econômicas, trabalhistas e corporativas solicitam ao indivíduo uma flexibilização e atualização em seu currículo para o acompanhamento de tais movimentações, o trabalhador que não se adapta às necessidades de mercado, ao sistema capitalista e aos anseios de um mundo globalizado, sofre um isolamento.

Um foco na aprendizagem do indivíduo desde o início e a continuidade de seus estudos durante sua vida diminuiria o *gap* existente entre os diplomados e os não diplomados proporcionando a todos uma participação ativa na sociedade. Libâneo (2015) acredita que uma sociedade que acompanha as mudanças externas e foca na inclusão de todos ao oferecer uma educação centrada na formação geral e continuada de cidadãos críticos e pensantes, gerará uma sociedade técnica, científica e informacional com uma cidadania crítico-participativa.

Para Chiavenato (2010) com o progresso e modernização da sociedade, o ser humano passou a ser visto como um capital e a educação é buscada com fins econômicos, pois esse capital só é ampliado por meio da aprendizagem gerando desenvolvimento às pessoas e às organizações. O progresso econômico está diretamente ligado à educação e formação do trabalhador, o mercado transmuta-

EDUCAÇÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

se e evolui, os sistemas educativos sentem a pressão em responder a tais necessidades assegurando os anos de escolarização, além de fornecer educação adaptativa ao mercado. Um conjunto de pessoas representa um capital humano à medida que suas competências agregam valor à organização oferecendo competitividade diante do mercado. Ainda para o autor, antes da era da informação o funcionário era reconhecido como um recurso humano, apenas uma mão de obra, porém com a chegada da sociedade informacional grandes mudanças ocorreram mudando a forma como esse trabalhador é visto, entre elas:

- O trabalho físico foi substituído pelo cerebral: As pessoas auxiliam o crescimento das empresas com os seus conhecimentos e competências;
- As diferenças individuais são exaltadas e utilizadas para o bem da companhia: antes, as pessoas eram estereotipadas para garantir a homogeneidade de comportamento visto como o correto pela empresa. Hoje as diferenças são incentivadas buscando talentos para auxiliar na competitividade do mercado;
- O trabalho deixa de ser individual se tornando uma atividade de cooperação em grupo: As divisões de trabalho foram abolidas e a integração de todos para obter sinergia e multiplicar os resultados foi adotado;
- Aplicar os talentos de maneira rentável: Focar no desenvolvimento dos talentos para aplicar com o objetivo de gerar ganhos;
- Substituição dos executivos pelos líderes democráticos: A direção autocrática e impositiva foi moldada para a era industrial não fazendo mais sentido na era informacional. Hoje existem equipes estratégicas que dão espaço para *brainstorms* e mudanças nos projetos;
- A organização passou a buscar o desenvolvimento de seus empregados: Projetos como financiamento de cursos e universidades corporativas foram sendo criadas à medida que as empresas perceberam o valor de desenvolver os conhecimentos e competências de seus funcionários;
- Os executivos passam a incentivar o desenvolvimento contínuo dos talentos: Aumentar o capital humano é o grande objetivo das empresas.

O mundo corporativo sofre continuamente impactos globais sendo forçado a sempre entregar transformações e inovações. Consoante Chiavenato (2010), inovação é estar disposto a excluir ou reinventar processos antigos em favor de um novo para a constante ascensão no mercado e, por vezes, visando a sobrevivência. Para ele, o processo de inovação empresarial ocorre quando cada pessoa agrega o seu valor nos processos da empresa compartilhando os seus conhecimentos, experiências e ideias. Logo, o mercado demanda profissionais que saibam trabalhar com inovações e as Instituições sentem a necessidade de focar na evolução e adaptação de seus discentes em um cenário não estático, além de valorizar suas aptidões.

Os sistemas educacionais tradicionalmente acabam por limitar as capacidades humanas inserindo seus discentes em caixas padronizadas e homogêneas fazendo com que o mercado receba sempre os mesmos profissionais sem privilegiar suas aptidões em outras áreas além de excluir os que não

EDUCAÇÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

prosseguiram com seus estudos. Os não diplomados inserem-se no mercado de trabalho já na desvantagem, empresas avaliam esse possível funcionário como sem capacidade para a execução do trabalho sendo privados da inserção social (DELORS et al, 1996).

A educação permanente apresenta-se como uma saída e para Faure et al (1972) transformar os sistemas educativos fechados e tradicionais em sistemas abertos eliminando sua rigidez, associar educação trabalho e sociedade, além de ver nas Universidades/Institutos ambientes de vocação múltipla abertos para todas as idades com o intuito, ao mesmo tempo, de formação contínua, reciclagem periódica, especialização e investigação científica gerarão uma resposta positiva de ordem econômica, assim como ocasionará um equilíbrio entre a aprendizagem e o mundo corporativo. O mundo exige essa mudança, a dinâmica global alterou-se passando por mudanças constantes que pedem respostas rápidas e alto nível de discernimento. Por outro lado, seria ilógico o acúmulo de conhecimentos em certa fase da vida, pois, não será o suficiente para que a pessoa se mantenha no mercado. Se faz necessário o estudo constante e rico durante a vida com o intuito de atualização e enriquecimento dos novos conhecimentos que se multiplicam na sociedade, adaptando-se às suas características e talentos. Como consequência teremos crianças preparadas para a vida adulta ensinando-as a terem autonomia e a serem autodidatas e, na outra ponta, encontraremos ciclos educacionais bem desenvolvidos voltados aos adultos priorizando suas aptidões em um contexto de mudanças globais. O futuro será possível àqueles que saibam aliar na educação as forças da participação democrática e da imaginação de cada um com os poderes científicos e racionais, utilizando-se dos recursos que a população pode oferecer para o desenvolvimento da sociedade como um todo (FAURE et al, 1972).

O conceito de educação permanente, apesar de abrangente em sua resposta aos desafios econômicos e sociais, pressupõe, de certa forma a institucionalização dos ambientes de aprendizagem e o compromisso do poder público e das organizações de oferecerem essa educação. Já Delors et al (1996) destacam que os progressos da ciência se ligam estritamente ao trabalho e como ele modifica-se a esses movimentos, a necessidade de adaptação é algo sentido e necessário e questionam se os velhos moldes do sistema educativo se apresentam flexíveis às constantes transmutações sofridas. Mas, vão além, ao afirmarem não ser o sistema educacional o único lugar capaz de fornecer todo o aprendizado que o cidadão necessita. O conceito de aprendizagem ao longo da vida presente no Relatório “Um tesouro a descobrir” vai enfatizar o aspecto qualitativo dos processos que ocorrem durante toda a vida, a sua estruturação sociocultural e a responsabilidade dos indivíduos no desenvolvimento das novas competências demandadas pelo mercado de trabalho.

3. Aprendizagem ao longo da vida

O ser-humano é naturalmente um aprendiz por estar em processo de evolução do nascimento à velhice sendo necessárias adaptações e flexibilidade para viver em uma sociedade volúvel. A aprendizagem ao longo da vida, ou *lifelong learning*, é a continuação do desenvolvimento do ser após a educação formal que segue ao longo de sua vida. Segundo Faure et al (1972) o ser-humano é um ser inacabado e a sua necessidade em permanecer aprendendo é uma forma de sobrevivência na sociedade.

EDUCAÇÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Para Libâneo (2015) o ensino é uma atividade situada, uma prática social que se realiza num contexto de cultura, de relações e de conhecimento, histórica e socialmente construídos. A aprendizagem está em todos os lugares além sala de aula, de modo que o ato de aprender é algo permanente e constante. A escola ainda é, e sempre será, um dos grandes preparadores da sociedade para o desenvolvimento intelectual, afetivo e moral formando cidadãos críticos no trabalho e no exercício da cidadania, porém, não é o único. A escola que fará frente aos novos tempos será aquela que reúne formação cultural e científica pregando a inclusão econômica, política, cultural e pedagógica de todos além de considerar que a educação acontece dentro e fora das salas de aula. A educação teria como objetivo:

“Assegurar-lhe a apropriação dos produtos da cultura e da ciência acumulados historicamente, como condição para o seu desenvolvimento mental, afetivo e moral e para torná-lo apto à reorganização crítica desses conhecimentos em função de sua atuação na vida social.” LIBÂNEO (2015, p. 22)

Por sua vez, Colom Cañellas (1994) define que a escola se apresenta como um “espaço de síntese” por ultrapassar a passagem de conhecimentos baseados apenas em livros didáticos e considerar também a cultura experienciada no cotidiano e no mundo ao redor. Por vivermos em uma sociedade de economia informacional, as escolas devem dar maior atenção à qualidade cognitiva das aprendizagens atendendo às necessidades pessoais, econômicas e sociais dando condições para o exercício da liberdade política e intelectual.

A aprendizagem ao longo da vida considera o cidadão transitando em todos os ambientes: econômico, cultural e social. Aqui ele não é visto apenas como mais um aluno, e sim como um ser plural onde suas capacidades e personalidade são valorizadas. Uma vez que o cidadão é um sujeito concreto, a aprendizagem deverá estar ligada à experiência sociocultural que o aluno convive em seu cotidiano. Essa aprendizagem proporciona ao aluno uma compreensão teórica aplicada em sua vida, expectativas profissionais e culturais atenuando a insegurança e oportunizando mobilidades profissionais ao considerar os múltiplos aspectos de sua personalidade aliados à sociedade. Nesse contexto, o ser humano reúne a diversidade de suas experiências ao longo da vida e de suas aptidões em um processo de descoberta de seu próprio ser em um mundo em transformação. No Relatório para UNESCO, Delors et al (1996) redefinem a educação ao colocá-la em uma posição ampliada, como um meio para que as pessoas descubram e fortaleçam seus potenciais retirando a visão instrumental que a educação carrega e a considerando como uma ferramenta para a realização pessoal. Para tanto, propõem aliar educação e democracia participativa apoiando-se na educação permanente visando a construção de uma sociedade civil ativa. Para Faure et al. (1972, p. 237) “quanto mais ele (o homem) é ele mesmo, quanto mais obedece às suas leis e à sua própria vocação, melhor realiza o propósito comum da humanidade e mais está em condições de se comunicar com os outros³”. Delors et al (1996), no entanto, vão além da proposta de educação permanente, ao afirmarem ser necessário que as empresas e os sistemas educacionais formais reconheçam e certifiquem as competências adquiridas durante as experiências

³ “cuanto más es él (lo hombre) mismo, más obedece a sus leyes y a su vocación propia, mejor realiza el propósito común de la humanidad y más está em condiciones de comunicas con otros.”

**EDUCAÇÃO, TRABALHO
E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**

profissionais para que retire os não diplomados da situação de inferioridade no mercado de trabalho.

“O desenvolvimento da educação ao longo de toda a vida implica que se estudem novas formas de certificação que levem em conta o conjunto das competências adquiridas.” (DELORS et al, 1996; p. 151)

A educação deverá ser encarada como um dos fatores constitutivos e um dos objetivos para o desenvolvimento econômico ao propiciar ferramentas para o ser humano guiar o seu próprio desenvolvimento além de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Ou seja, educar para desenvolver as aptidões de cada um e, como consequência, fornecer pessoas qualificadas ao mundo da economia.

A educação ao longo da vida é diretamente dirigida às demandas das sociedades modernas perpassando por toda a vida do ser humano, sem se limitar a uma fase específica dela, ou a ambientes específicos. Tem por finalidade conhecer o mundo e reconhecer-se nele utilizando-se dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. No aprender a conhecer – compreender – e no aprender a fazer – agir no meio em que se encontra – encontramos preceitos que norteiam o ensino formal que conhecemos hoje: o aluno absorve os ensinamentos passados em sala de aula e põe em prática no mercado de trabalho. Os outros pilares, aprender a viver juntos e aprender a ser, são obtidos de forma aleatória e natural no dia a dia com base na convivência em sociedade e nos ensinamentos informais adquiridos que acabam por formar a essência da pessoa. A educação tem a tarefa de preservar a originalidade e individualidade da pessoa sem deixar de inseri-lo na realidade da sociedade. Atualmente os empregadores solicitam não apenas a qualificação formal, mas também um “coquetel individual” composto por comportamento social, aptidão para o trabalho em equipe, capacidade de iniciativa e o gosto pelo risco, ou seja, o produto perfeito procurado pelas corporações: o saber-fazer aliado ao saber-ser (DELORS et al, 1996).

Para Delors et al (1996) o desenvolvimento da educação está associado ao desenvolvimento socioeconômico, o que faz com que ela tente ultrapassar o limite de suas funções didáticas buscando o desenvolvimento das faculdades humanas e promovendo, assim, uma educação ao longo da vida e não restrita a uma fase ou ambiente. O estabelecimento de laços entre a escola e o meio ambiente proporciona um movimento em massa onde cada indivíduo instruído acaba por passar seus conhecimentos àqueles que não tiveram a mesma oportunidade.

Em seu Relatório, Faure et al (1972) declara que os sistemas educativos sofrem pressões internas e externas e é necessário a junção das duas pressões para iniciar as devidas reformas. Para Libâneo (2015) a definição dos objetivos escolares pauta-se a partir de pressões sociais, mundo econômico, globalização e política incidindo em variados objetivos como formação intelectual, preparação para a vida e o mercado corporativo, descoberta de habilidades a serem aplicadas no trabalho, convívio social e formação para a diversidade social e cultural. A educação é um reflexo do mundo, o progresso técnico transforma as ocupações tradicionais criando empregos e, conseqüentemente exigindo novas formações, por esse motivo, a escola não pode ser isolada do contexto social onde vive, deve voltar-se para os avanços do mundo econômico, político e cultural visando a

EDUCAÇÃO, TRABALHO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

inclusão de todos e não o maior afastamento das classes. As modificações no mercado afetam a organização do trabalho, alterando o perfil de trabalhador necessário para ocupar essa nova função, atingindo as novas habilidades requisitadas que serão adquiridas em uma qualificação profissional impactando a educação nas instituições.

O conceito de educação ao longo da vida relaciona-se com as contingências decorrentes das mudanças na organização do trabalho. Segundo Longworth; Davies, (1996); Alheit; Kammler, (1998); Field, (2000), a aprendizagem ao longo da vida possui uma motivação política da formação associada a mutações da sociedade do trabalho e da educação, gerando consequências para a organização social individual e coletiva da aprendizagem. Field (2000) teoriza sobre uma “nova ordem educativa” analisando o novo papel do aprender na sociedade, nas instituições de ensino e nos indivíduos. O autor enriquece as pesquisas ao situar a aprendizagem em um contexto econômico e político tendo como grande objetivo o de lidar com a alta competitividade, empregabilidade e adaptabilidade mercantil, tendo o “saber” como um “capital cerebral”, sem perder o viés social e emancipatório do indivíduo. Alheit e Dausien (2006) apontam que a perenização dos estudos tem valor exploratório ao analisar os anseios do mercado e valor compensatório ao reparar os *déficits* de formação experimentados ao longo da vida, como também para a adaptação aos desafios da era da informação.

O conceito aprendizagem ao longo da vida tomou uma dimensão estratégica e funcional. É a ele que se recorre para definir as missões de formação e as políticas públicas de educação.

4. Considerações finais

A educação prepara o ser-humano para a vida social tendo sua finalidade ditada pela sociedade, pelas vontades individuais e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. O trabalhador da atualidade só terá condições de participar da produção se for capaz de aplicar e compreender os novos processos.

A educação ao longo da vida mostra-se como uma oportunidade àqueles que se afastaram dos estudos entrando com o reforço da escolarização para as pessoas precocemente afastadas das escolas ou até mesmo desenvolvendo e ou certificando a educação não-formal desses jovens. Medidas de reinserção e recuperação para as pessoas que por algum motivo não prosseguiram seus estudos devem ser adotadas para serem adquiridas as competências que o mercado solicita, oferecendo novos ciclos de formação e inserção profissional.

Paralelamente a isso, acompanhamos as mudanças nas demandas de mercado. A qualificação que conhecemos não é mais o suficiente para o destaque no mundo corporativo, o mundo pede competência evolutiva e capacidade de adaptação. Pode-se associar essas mudanças à substituição do trabalho humano pela tecnologia, transformando o serviço imaterial por predominância cognitiva. As sociedades evoluem, há uma mudança social acelerada e contínua, as máquinas substituem tarefas mecânicas enquanto as tarefas cognitivas são as mais requisitadas solicitando maior capacidade intelectual dos atores sociais e, conseqüentemente, exigindo mais dele.

Em um mundo inundado de inovações tecnológicos, juntamente com a crescente valorização dos recursos imateriais diante dos materiais, a importância da perenização da aprendizagem para acompanhar as mudanças será cada vez

**EDUCAÇÃO, TRABALHO
E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL**

maior uma vez que a economia exige mais trabalhadores habilitados. O mundo tornou-se uma sociedade fundamentada no conhecimento e na economia, o acesso à informação e a atualização de seus conhecimentos tornam o indivíduo apto para a competitividade do mercado. A perenização da educação é uma resposta para as necessidades econômica e social.

Referências

ALHEIT, P.; DAUSIEN, B. **Processo de formação e aprendizagens ao longo da vida**, Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n. 1, p. 177-197. jan./abr. 2006.

ALHEIT, P.; KAMMLER, E. **Lifelong learning and its impact on social and regional development** – Contributions to the European Conference on Lifelong Learning. Bremen, Germany: UNESCO, 1998. 859 p.

CHIAVENATO, I. **Administración de recursos humanos**. El capital humano de las organizaciones. México: Mc Graw Hill, 2010. 421 p.

COLOM CAÑELAS, AJ. **La educación como comunicación**. In: CASTILLEJO, J. L. et al. Teoría de la educación. Madrid: Taurus Universitária, 1994.

DELORS, J, et al. **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez / Unesco, 1996. 288 p.

DIAS SOBRINHO, J. **Educação superior, globalização e democratização**. Qual universidade? Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164 -173. jan./fev./mar./abr. 2005.

FAURE, E., et al. **Aprender a ser** – La educación del futuro. Madrid: Alianza / Unesco, 1973. 431 p.

FIELD, J. **Lifelong learning and the new educational order**. UK: Trentham Books Ltd, 2000. 200 p.

LIBÂNEO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus Editora, 2015. 304 p.

LONGWORTH, N.; DAVIES, W. K. **Lifelong learning**. 1. ed. London: Routledge, 1996. 192p.

UNITED NATIONS – **Populations Dynamics**. Nova York, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wpp2019/Graphs/DemographicProfiles/Pyramid/76> . Acesso em: 1 de set. de 2021 às 20:35.